

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº 107

Período: de 17/01/04 a 23/01/04

Franca – Brasil

- 1 - Forças Armadas abrem concurso para 1.192 vagas
- 2 - Vaga brasileira no Conselho de Segurança será discutida por Collin Powell durante sua visita ao Brasil
- 3 - Ministro quer que aviação civil se desvincule da Aeronáutica
- 4 - Forças Armadas reforçam contingente na Amazônia
- 5 - Exército é a principal fonte de renda no Alto Rio Negro
- 6 - Ainda não foi concluído o relatório de averiguação das causas do acidente na base de Alcântara.
- 7 - Acusação de omissão de tortura pesa sobre militares indicados por Lula
- 8 - Criação de reserva indígena aumenta risco na fronteira, alertam Forças Armadas
- 9 - Jornal recorda marcha que serviu de “aval” para ação dos militares em 1964

Forças Armadas abrem concurso para 1.192 vagas

O jornal *O Globo* informou que foi autorizado pelo Ministério do Planejamento concurso público que preencherá 1.192 vagas no Ministério da Defesa. Serão 245 contratados para o Comando da Aeronáutica, 400 para o Comando da Marinha e 547 para o Comando do Exército. Na área de Ciência e Tecnologia serão admitidos 167 funcionários que deverão suprir as necessidades do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), do Comando da Aeronáutica. As vagas serão oferecidas para professores dos níveis fundamental, médio e superior, assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, laboratoristas, médicos, nutricionistas, odontólogos, psicólogos, químicos, técnicos em laboratório e em radiologia e terapeutas ocupacionais. Acredita-se que os candidatos aprovados serão nomeados a partir de julho. (O Globo – O País – 17/01/04)

Vaga brasileira no Conselho de Segurança será discutida por Collin Powell durante sua visita ao Brasil

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, anunciou que durante a visita ao Brasil do secretário de Estado norte-americano, Collin Powell, no mês de fevereiro, um dos principais assuntos a serem tratados será a vaga temporária que o Brasil ocupará no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/01/04)

Ministro quer que aviação civil se desvincule da Aeronáutica

Segundo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Superior Tribunal Militar, brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla, apóia a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (AnaC). De acordo com Ferolla, não haveria a necessidade de que a aviação civil continue sob supervisão da Aeronáutica. Ferolla acredita que uma transição gradual poderia transformar o Departamento de Aviação Civil (DAC), atual responsável pelo monitoramento das atividades da

aviação civil, em um órgão não-militar sem maiores problemas. O jornal citou também a opinião do professor do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Unicamp Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, concordando com Ferolla sobre o assunto. Os dois, entretanto, têm opiniões diferentes quando o assunto é o controle do espaço aéreo. O ministro deixou claro que acredita que o controle do espaço aéreo deve permanecer sob comando militar. Cavagnari, por sua vez, afirmou que essas funções devem receber tratamentos independentes e que o controle do tráfego deve ser civil. Atualmente, esse controle é feito pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), órgão militar. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/01/04)

Forças Armadas reforçam contingente na Amazônia

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou no último dia 18 a decisão do governo brasileiro de ampliar o número de homens na Amazônia para auxiliar no desenvolvimento sustentável da região e promover sua ocupação. Para tanto, o governo determinou o aumento da área de atuação do Projeto Calha Norte, que passará a incluir a Ilha de Marajó e os Estados do Acre e Rondônia, até o limite com Mato Grosso e a instalação de um novo comando naval da Amazônia Ocidental, cuja inauguração estava prevista para o último dia 22, na Ilha de São Vicente. Além disso, a região deverá contar ainda com o funcionamento da nova Brigada de Infantaria de São Gabriel da Cachoeira, unidade que contará com 3.000 homens a partir de janeiro de 2005 e com a Base Aérea de Eirunupé. Com estes acréscimos, a região somará um contingente de 25 mil soldados ainda neste ano. Hoje, a Amazônia recebe 12% do efetivo do Exército, ou seja, 22 mil soldados. Com as mudanças, o Calha Norte passa a abranger seis Estados: Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia. O número de municípios beneficiados passará de 74 para 151, num total de 10.938 km de fronteira, ocupando uma área de 25% do território nacional. Desta forma, estarão cobertas as fronteiras com o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa e a Bolívia. Os planos do governo brasileiro também incluem dois pelotões de fronteiras nos Estados do Acre – que deverá situar-se na fronteira entre Peru e Rondônia. Contudo, as Forças Armadas vêm enfrentando problemas de ordem orçamentária: no caso de São Gabriel da Cachoeira, o projeto de transferência da brigada de Niterói (Rio de Janeiro) para o Amazonas teve que ser adiado em seis meses por falta de recursos. Até agora, o Exército já enviou 150 homens a Manaus para montar um posto avançado da Brigada de Operações Especiais de Goiânia. O responsável pela coordenação do Projeto Calha Norte, coronel Roberto de Paulo Avelino, tem se mostrado otimista quanto às atividades na Amazônia, caso o orçamento de 2004 venha a ser cumprido. As verbas destinadas para o Projeto somam R\$ 69 milhões – R\$ 20 milhões do Orçamento da União, R\$ 47 milhões de emendas parlamentares e de bancada e R\$ 12 milhões de um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo Avelino, sua liberação integral possibilitaria a execução de mais de cem obras de infra-estrutura. Em 2003, apenas R\$ 14,3 milhões dos R\$ 42,2 previstos foram liberados. Um outro problema enfrentado pelo Calha Norte é que nos 24 pelotões de fronteira, nos quais deveriam estar presentes todos os representantes do Estado, apenas 8 contam com representantes de

outros órgãos federais. O brasileiro Andrew Sauders, da Fundação de Estudos da Defesa da Universidade da Califórnia, acredita que o governo brasileiro age corretamente ao investir em uma estrutura militar substancial de defesa na Amazônia. Sauders admite que “ao menor sinal de fragilidade de sua guarda, esse, que é o último território das grandes reservas mundiais, será ameaçado”. E acrescenta que programas como o Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) devem considerar aspectos sociais e econômicos das regiões onde são implementados. O pesquisador alega que a diversidade biológica e mineral da Amazônia brasileira são grandes atrativos como matérias da nova tecnologia e atraem a cobiça internacional. Ele admite que em longo prazo uma crise internacional possa levar à declaração de soberania especial de uma parte do território amazônico. Em curto prazo, prevê Sauders, a América Latina pode se tornar o primeiro foco de crise da primeira década do século XXI. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/01/04)

Exército é a principal fonte de renda no Alto Rio Negro

Segundo matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o 5º Batalhão de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, é a principal fonte de renda e desenvolvimento na região do Alto Rio Negro. A região, situada no nordeste do Amazonas, tem 32 mil habitantes e fica a 1.601 km de barco da capital do Estado, Manaus. De acordo com o jornal, os moradores do município de São Gabriel da Cachoeira dependem dos militares para fazer qualquer tipo de deslocamento de emergência ou que exija maiores cuidados. O único hospital local foi construído pelo Projeto Calha Norte, e é administrado pelo Exército, que permite que indígenas realizem seus rituais nas dependências do prédio. O comércio da região também é movimentado por soldados e oficiais. O *Estado* também esclareceu que o município abriga mais de 400 comunidades indígenas, algumas distantes até 500 km da sede, cuja comunicação é dificultada pelo local não contar com estradas por terra e os rios apresentarem trechos de cachoeira. Líderes indígenas e comunitários acham que os sete Pelotões Especiais de Fronteira não contribuem com o desenvolvimento das localidades que se encontram nos 1.500 km de fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Eles admitem que a presença do Exército de fato tornou a fronteira mais segura, mas os espaços que deveriam ser ocupados por outros representantes federais não foram ocupados ainda. Mas são muitas as dificuldades encontradas por aqueles que vivem ou trabalham na região: também o *Estado* retratou os desafios daqueles que atuam num batalhão de infantaria na Amazônia. Em uma conversa com jornalistas, o capitão Marco Antônio Lobão, formado pela Academia Militar de Agulhas Negras (Rio de Janeiro) e atuante há um ano e meio em São Gabriel da Cachoeira, diz que, para trabalhar na Amazônia, o militar tem que ter flexibilidade e raciocínio, além da capacidade de fazer planejamentos complexos. Graças à influência dos indígenas da região, os militares do 5º Batalhão de Selva, em São Gabriel da Cachoeira utilizam zarabatanas (arma de sopro utilizada pelos índios, que dispara flechas envenenadas) quando há necessidade. Além disso, membros da própria população indígena integram o corpo militar da região. O capitão Pablo Roberto Macário acredita que a diversidade de línguas e dialetos dos índios proporciona uma maior complexidade nos códigos de comunicação, facilitando o trabalho do

Exército. Segundo o *Estado*, soldados de pelo menos oito etnias atuam no 5º. Batalhão. Muito dos índios e ribeirinhos desistem da carreira ao final de um ano devido às muitas dificuldades que ela apresenta, explica o jornal. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/01/04)

Ainda não foi concluído o relatório de averiguação das causas do acidente na base de Alcântara

De acordo com o jornal *O Globo*, o relatório sobre as causas do acidente com o Veículo Lançador de Satélites (VLS) na base de Alcântara (estado do Maranhão), provocando a morte de 21 pessoas em agosto de 2003, será concluído sem que seja explicada a origem da corrente elétrica que acionou o motor e causou a explosão. De acordo com o presidente da Associação das Vítimas do Acidente, José Oliveira, o relatório elaborado pela comissão que investigou o acidente foi assinado nesta quinta-feira (22) no Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e seria enviado ao Ministério da Defesa. Oliveira disse que, por ora, trabalha-se com a idéia de uma provável descarga interna. O CTA informou que não se pronunciaria mais sobre o assunto, pois tal manifestação competiria ao Ministério da Defesa, o qual declarou, segundo o jornal, não existir data prevista para a divulgação do relatório final. A *Folha de S. Paulo* publicou nesta semana uma crítica do cientista Marcelo Leite sobre a conduta do governo brasileiro referente às cinco prorrogações do prazo para a conclusão das investigações da Aeronáutica, ocorridas em apenas cinco meses; segundo ele, isto indica o descaso com que o assunto vem sendo tratado. O cientista esclareceu ainda que, apesar das promessas das autoridades de que todo o processo de averiguação das causas do acidente seria transparente, nenhuma sessão pública da comissão encarregada das investigações foi realizada ainda. Além disso, os membros de sociedades científicas que integram a comissão – Carlos Henrique de Brito Cruz, da Universidade de Campinas (Unicamp), Fernando Cosme Rizzo Assunção, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e Paulo Murilo Castro de Oliveira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - não estariam mostrando empenho. Por fim, Leite alega que os *sites* da *internet* de responsabilidade da Aeronáutica que deveriam conter informações sobre o VLS “estão em branco ou não abordam o assunto”. (Folha de S. Paulo – Ciência – 18/01/04; O Globo – O país – 23/01/04)

Acusação de omissão de tortura pesa sobre militares indicados por Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou os primeiros oficiais-gerais - o almirante-de-esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos e o tenente-brigadeiro-do-ar Flávio de Oliveira Lencastre - para as duas vagas de ministro abertas no Superior Tribunal Militar (STM). Segundo o *Jornal do Brasil*, o presidente não tinha conhecimento de que seus indicados fossem alvos de acusações de omissão em casos de tortura por parte do grupo Tortura Nunca Mais e de uma pequena associação do Pará. O brigadeiro Lencastre era diretor do Departamento do Controle do Espaço Aéreo e foi indicado pelo presidente Lula para a vaga do brigadeiro Sérgio Ferolla, que completou este mês a idade-limite de 70 anos. Lencastre foi aprovado pelo plenário do Senado por 62 votos a dois (houve uma abstenção), no dia 9 de dezembro. A organização Tortura Nunca Mais divulgou

uma nota, há duas semanas, protestando contra o iminente ato de nomeação a ser assinado pelo presidente Lula. A nota diz que, há quatro anos, "foram amplamente divulgadas na imprensa inúmeras denúncias de tortura e outras agressões, praticadas na carceragem do Batalhão de Infantaria (Binfia), unidade do 3º Comando Aéreo Regional (Comar), localizado no Rio"; o comandante do Comar era o então major-brigadeiro Flávio de Oliveira Lencastre. Ainda de acordo com a organização, as torturas teriam sido praticadas entre 1997 e 1998, por 11 militares (soldados, cabos, sargentos e oficiais). Houve um inquérito sobre essas denúncias, arquivado pela Justiça Militar sem que o nome do brigadeiro Lencastre tenha aparecido como indiciado. Já o almirante José Alfredo Lourenço dos Santos - que deve ocupar a vaga a ser aberta com a aposentadoria compulsória do atual presidente do STM, ministro-almirante Carlos Eduardo Cezar de Andrade - foi acusado de ter tentado encobrir supostas torturas sofridas, em 1999, pelo hoje cabo da reserva João Veloso de Carvalho. O advogado da Associação Beneficente, Religiosa, Cultural e Esportiva dos Militares da Armada e Forças Auxiliares (Abemafa), sediada em Belém do Pará - que tem como "presidente vitalício" o cabo Veloso -, entrou com uma petição, no Supremo Tribunal Federal, tentando anular o ato do presidente Lula que indicou o almirante José Alfredo para o STM. No entanto, o almirante José Alfredo Lourenço dos Santos, que deixa a chefia do Estado-Maior da Armada para ocupar o cargo de ministro do STM, já foi sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, e teve seu nome aprovado por 14 votos. O presidente em exercício do STM, o juiz togado Carlos Alberto Marques Soares, vice-presidente do tribunal, afirmou que as denúncias relativas a supostos casos de tortura de militares de patentes inferiores em unidades comandadas, em 1996 e 1997, pelos indicados para o STM foram arquivadas por falta de provas. Neste dia 20, um dia após o *Jornal do Brasil* ter publicado a matéria sobre as denúncias que recaem sobre o tenente-brigadeiro-do-ar Flávio de Oliveira Lencastre, o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica emitiu uma carta prestando esclarecimentos sobre o caso. A carta afirmava que as acusações de omissão de tortura não refletem a realidade, já que os órgãos públicos adequados para investigar o caso concluíram que não há indícios suficientes para questionar as alegações de Lencastre, e que, portanto, não há indícios que justifiquem a denúncia, bem como de acordo com a Aeronáutica há garantia que Lencastre não ficou inerte diante das representações feitas sobre os possíveis casos de tortura, uma vez que à época determinou, de imediato, a instauração do Inquérito Policial Militar. (Jornal do Brasil – Brasil – 18/01/04; Jornal do Brasil – Brasil – 19/01/04)

Criação de reserva indígena aumenta risco na fronteira, alertam Forças Armadas

Os órgãos de inteligência do governo, inclusive das Forças Armadas, alertam, em relatórios encaminhados ao Palácio do Planalto, para o risco que a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em terras contínuas poderia trazer para a segurança nacional. De acordo com os relatórios reservados, a demarcação em Roraima "poderá causar prejuízos para a segurança do País, para o desenvolvimento da região, além do risco de grave conflito" entre os que defendem e os que são contrários à reserva. Profundo conhecedor da região, o general Luiz Lessa, presidente do Clube Militar e ex-comandante Militar da

Amazônia, tem verbalizado a inquietação dos oficiais da ativa que preferem manifestar suas preocupações nos relatórios reservados. O general defende que a demarcação seja feita em ilhas, e não de forma contínua, para que as pessoas não sejam expulsas do local onde moram e trabalham. Para ele, a polêmica é fruto "da pressão internacional" e "o governo não está atento que aquela área, que é de fronteira, é sensível e pode se transformar em um ponto de conflito". Dois pelotões do Exército, em Pacaraima e Uiramutã, estão instalados na área da Raposa Serra do Sol, e, mesmo se a demarcação for feita de forma contínua, a manutenção das tropas está garantida por dois decretos de 2002. Pelos decretos, tanto as Forças Armadas quanto a Polícia Federal têm "liberdade de trânsito" em terras tradicionalmente ocupadas por índios. Mas tanto o general Lessa como o atual Comandante Militar da Amazônia, general Cláudio Barbosa de Figueiredo, manifestaram outra apreensão: a possibilidade de esses decretos serem revogados, por meio de pressão das organizações não-governamentais que atuam na região. O general Figueiredo afirmou que a manutenção desse decreto é de fundamental importância, pois é a garantia que as Forças Armadas precisam para atuar em área indígena e de conservação ambiental. Outro ex-comandante da Amazônia, o general da reserva Alcedir Pereira, afirmou que, da forma como se intenciona promover a demarcação, toda a riqueza de Roraima estará em terras indígenas, evitando que o Estado explore suas riquezas. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/01/04)

Jornal recorda marcha que serviu de “aval” para ação dos militares em 1964

Neste dia 19 de janeiro, o jornal *Folha de S. Paulo* recordou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, uma das maiores manifestações populares da história do Brasil, que aconteceu no dia 19 de março de 1964, exigindo o fim do governo do presidente João Goulart. A marcha foi realizada na cidade de São Paulo, contando com 10% da população da cidade na época, ou seja, meio milhão de pessoas. De acordo com a matéria, a manifestação serviu como uma espécie de "aval" da população civil para o movimento militar que aconteceu no dia 31 de março - que a aposentada Maria Paula Caetano da Silva, 72, uma das fundadoras da União Cívica Feminina e principal organizadora da passeata, prefere chamar de "revolução de 64" -, responsável pela deposição do presidente. Para Maria Paula, “os valores cívicos estavam sendo ameaçados e só os militares poderiam restabelecer a ordem e assegurar estes valores”. Contudo, ela também esperava que houvesse eleições diretas para presidente em 1965, o que não aconteceu: o regime militar durou duas décadas, o primeiro presidente civil depois de 64 – José Sarney - foi eleito indiretamente e a eleições diretas para presidente só ocorreram em 1989. (Folha de São Paulo – Brasil – 20/01/04)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic), e Leonardo Dall'Evedove (bolsista Reitoria/Unesp), e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.